

#IDENTIDADE

JORNAL DA UNEAFRO - NÚMERO 031 | MAIO DE 2023

13 de maio! A abolição só virá com justiça racial



SUMÁRIO

Matéria de Capa

13 de maio: Abolição só virá com justiça racial!

Páginas 2 e 3

Artigo

Cidadania: Racionais MC's e a Constituição Federal

Página 4

Mural

Volta às Aulas 2023 nos cursinhos da Uneafro Brasil

Página 5

Como participar da consulta pública sobre o Novo Ensino Médio?

Página 6

Cobertura

Sede da Uneafro recebe lançamento do relatório sobre situação de pessoas negras com deficiência no Brasil e debate acesso a políticas públicas de inclusão

Página 7

Uneafro na Rua

Página 8

Expediente

Edição: Patricia Toni

Textos: Luiz Soares, Mayara Nunes, Patricia Toni e Paulo Perê

Diagramação: Flávia Lopes

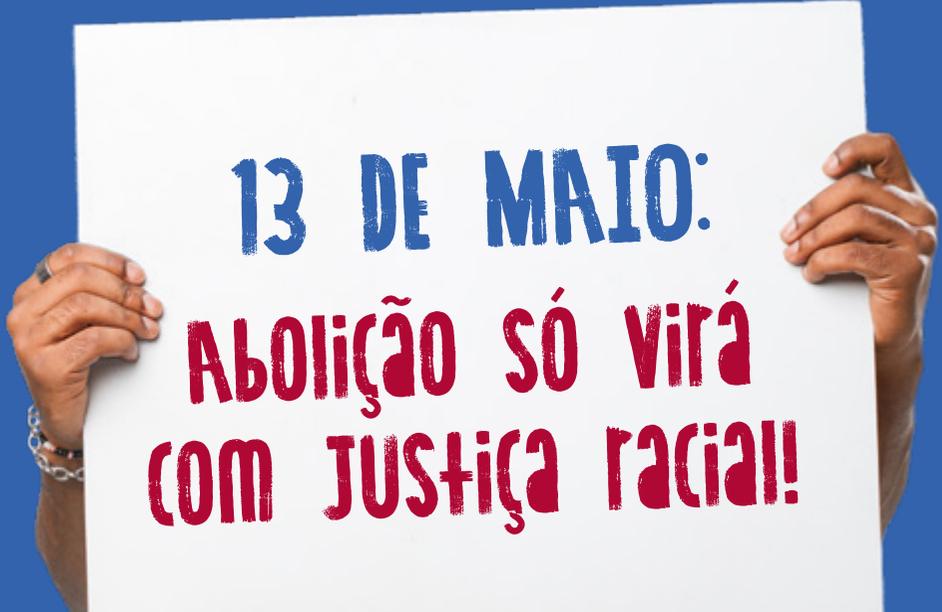
Revisão: Renata Toni

Fotos da capa: Mídia Ninja

Colagem da capa: Gabriel Souza

Contato:

comunicacao@uneafrobrasil.org



**13 DE MAIO:
ABOLIÇÃO SÓ VIRÁ
COM JUSTIÇA RACIAL!**

Mayara Nunes

No dia 13 de maio de 1888, foi promulgada a Lei Áurea, que concedia a abolição da escravatura para os mais de 4,9 milhões de negros escravizados. A Lei assinada pela regente do Brasil, princesa Isabel, não foi uma concessão do Estado, foi o reflexo de uma luta de quase 400 anos da população negra da época, porém, o que deveria ser o início da liberdade e da conquista de direitos efetivos para negras e negros foi, na verdade, a primeira etapa de um processo inconcluso que perdura até os dias atuais.

135 anos após a assinatura da abolição, as consequências da escravização dos povos da África, exploração e etnocídio ainda são visíveis. O racismo perdura na ausência de moradia digna, falta de saneamento básico, pobreza, falta de acesso à educação, empregos precarizados ou análogos à escravidão, extermínio da infância e juventude negra, exploração sexual, entre outros.

O Brasil libertou os escravizados em maio de 1988, mas, até hoje, não resolveu a herança da escravidão que se instaurou por aqui. Para Matheus Gato, professor do Departamento de Sociologia da Unicamp, o 13 de maio foi, por muito tempo, uma data central para o movimento negro. Em entrevista para a Editora Perspectiva, o professor explica o que mudou na visão do movimento sobre a data.

“É preciso dizer que, para o movimento negro da metade do século XX, o 13 de

maio era uma data central, inclusive o que a gente lê na imprensa negra de São Paulo, no Clarim da Alvorada, em 1920, é que é necessária uma segunda abolição, uma nova abolição. Então, a abolição era uma coisa importante, porém incompleta, precisava de mais reformas políticas do que as que aconteceram”, explica o professor.

Matheus Gato explica a simbologia do 13 de maio e a disputa pelos movimentos de resistência negra pela data como marco simbólico, não apenas da conquista da cidadania da população negra, mas como marco do início do pertencimento da população negra à nação brasileira.

“Quando a gente analisa a memória, o processo de abolição, o 13 de maio é muito relevante, não só o 13 de maio, mas a luta das pessoas pra conseguir uma carta de libertação, a luta das pessoas para conquistar direitos. Se não me engano, é nas memórias de Medeiros Albuquerque que diz, só quem não viu esse processo pode imaginar que a abolição é uma concessão. Só quem não viu o movimento social no país, toda a gente nas ruas, pessoas fugindo, só quem não viu aquele período histórico pode imaginar a abolição como concessão”, argumenta o professor.

O 13 de maio é uma data controversa para o povo negro brasileiro. Parte do Movimento de Negros e Negras do Brasil questiona essa data e, mais ainda, não



Ato pelo 13 de Maio puxado por organizações do movimento negro em 2021, em São Paulo. Foto: O Globo

a reconhece como um momento de liberdade para as pessoas escravizadas no país. Ainda hoje e, desde aquela época, no Brasil, se estruturou o racismo institucional que impacta a população negra de diferentes formas, em sua realidade material, coletiva e subjetiva. Até hoje, se denuncia o extermínio e a tortura de pessoas negras sem nenhuma medida efetiva do Estado para coibir a violência direcionada a esse grupo.

Para o professor Matheus Gato, o que se teve no Brasil a partir da década de 1970 foi uma reação à narrativa pedagógica do Estado sobre a abolição. “Houve um investimento muito grande em uma narrativa sobre o processo de abolição onde todo protagonismo é do Estado,

todo protagonismo é da Princesa, ou seja, do Estado, com sua pena de ouro, a narrativa que era contada na escola. Então, a reação que a gente tem de parte da intelectualidade negra, de parte dos ativistas negros, é para desmistificar essa narrativa que era, inclusive, uma narrativa muito forte no período da ditadura”, relembra Gato.

Matheus elucida que a narrativa do 13 de maio foi incorporada pelo regime civil-militar de 1964 como parte da narrativa da democracia racial e, a partir de 1988, se consolida a narrativa sobre a mentira da abolição.

“Os movimentos negros da primeira metade do século XX, esses intelectuais

negros que, de certa maneira, articularam esse ideário de segunda abolição, quando a gente analisa os seus discursos, analisa o que eles estão fazendo, eles dizem: ‘Nós estamos numa luta contra o preconceito de cor’. E, de fato, quando você está numa luta contra os preconceitos, o valor que te orienta é a liberdade. Agora, esse movimento negro moderno, que luta de 1970 pra cá, ele não luta contra o preconceito de cor, ele luta contra o racismo, contra um sistema que distribui oportunidades de maneira desigual. É muito diferente, então, o horizonte pelo qual a luta do movimento negro contemporâneo emerge”, explica o professor.

CIDADANIA: RACIONAIS MC'S E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Paulo Perê

Depois de 21 anos de Ditadura Militar, período que compreende os anos de 1964, quando ocorreu o Golpe Militar na data de 1º de abril, até o ano de 1985, o Brasil ficou sob o comando de sucessivos governos militares. Nesse período, membros das Forças Armadas controlavam a administração política do país, negando a participação dos cidadãos nas decisões institucionais. Em 1984, as ruas foram tomadas pelo Movimento “Diretas Já!”, exigindo que o povo brasileiro elegeesse seu líder por votação direta. A juventude negra sempre teve papel importante na luta por mudanças no cenário político brasileiro. Enquanto os congressistas se reuniam para elaborar a Constituição Federal de 1988, que é também chamada de Carta Magna, Lei das leis ou Lei Suprema, foi necessário ouvir reivindicações de grande parte da população. Naquele documento, deveriam estar descritos os direitos dos cidadãos, seus deveres, mas também deveria conter limitações para os poderes do Estado.

No ano de 2018, a Constituição Cidadã completou 30 anos. Nesse mesmo ano, a UNICAMP, Universidade de Campinas, anunciou a escolha do álbum dos Racionais MC's, “Sobrevivendo no Inferno”, de 1997, como uma leitura obrigatória para o vestibular de 2020, ao lado de Carolina de Jesus, Luís de Camões, Machado de Assis e outros. A cultura hip-hop, que surgiu como opção de lazer e protesto nos subúrbios da Jamaica nos anos 1960 foi adotada por jovens suburbanos de Nova York e passou por adaptações, mas o discurso protagonizado por jovens moradores de periferia encontrava eco em muitos outros lugares, como houve no Brasil no final dos anos 1980. 2018 é também o ano em que os Racionais MC's, o grupo de rap mais importante do Brasil, declara que fará shows celebrando suas três décadas de formação.

Assim foi a transição para a democracia no que diz respeito às pessoas mais pobres. Como disse Ulysses Guimarães

em 5 de outubro de 1988, no que tange a Constituição, a Nação mudará, mas, na prática, a violência policial nunca deixou de oprimir os mais vulneráveis. Não bastavam proibições e inclusões de leis na Constituição se a mentalidade dos agentes de segurança e de boa parte da população ainda permanecia a mesma. O rap sempre teve como característica apresentar alternativas de mudanças sociais com foco na população jovem e periférica. Proibir a tortura, o racismo e a censura, declarar o direito à moradia, direito à terra para quilombolas e indígenas, direitos do trabalhador, igualdade de gênero, direito à liberdade de expressão, educação, lazer, cultura e direito para crianças e adolescentes são características da Constituição de 1988 e também são temas recorrentes em letras de rap durante esse período e ainda são, trinta anos depois.



Da esquerda para a direita, Racionais MC's (divulgação) e o material didático da Uneafro Brasil que traz um texto sobre o grupo de autoria de Paulo Perê.

VOLTA ÀS AULAS ≧ 2023 ≦ NOS CURSINHOS DA UNEAFRO BRASIL

As aulas presenciais dos cursinhos populares pré-vestibulares da Uneafrô Brasil, em São Paulo e no Rio de Janeiro, retornaram em março e abril de 2023. Confira os registros desse retorno cheio de luta e vontade de ocupar as universidades!



Núcleo Ocupação 9 de Julho/MSTC - São Paulo/SP



Núcleo Bom Pastor - Rio de Janeiro/RJ



Núcleo Mabel Assis - Guarulhos/SP



Núcleo Negra Visão - Atibaia/SP



Núcleo Clementina de Jesus - Cotia/SP



Núcleo Tia Jura - São Bernardo do Campo/SP



Núcleo Dona Nazinha - Sapopemba, São Paulo/SP



Núcleo Pagode na Disciplina - Jardim Miriam, São Paulo/SP

SAIBA COMO PARTICIPAR DA CONSULTA PÚBLICA PARA O NOVO ENSINO MÉDIO

Ministério da Educação libera processo até o dia 6 de junho

Luiz Soares

O Governo Federal suspendeu a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) por 90 dias e já está disponível a consulta pública para a reestruturação desta que é a última etapa da educação básica brasileira. Diferente do que foi solicitado por diversos setores, como o movimento negro, o governo não revogou o NEM, mas suspendeu sua implementação para poder dialogar com a sociedade, algo não ocorrido em 2017, quando a lei foi aprovada durante o governo Temer.

Para participar, os interessados devem se cadastrar e responder as questões no portal Participa Mais Brasil, através do link: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/reestruturacao-da-politica-nacional-de-ensino-medio>.

Ouvidas pelo Jornal Identidade, militantes da Uneafro Brasil comentaram sobre esse processo de escuta do atual governo, principalmente sobre os estudantes do campo, quilombolas, indígenas, jovens ribeirinhos, jovens com deficiência e outros públicos não hegemônicos, conforme consulta pública que destaca os desafios de acesso e permanência desses públicos no Ensino Médio.

A desigualdade estrutural é um dos pontos principais desse debate, segundo especialistas, principalmente pelo fato de que a reforma do Ensino Médio delegou aos estados a definição sobre a inclusão desses públicos. Com isso, as condições de cada estado podem aumentar o abismo educacional.

Para Mariana Castro Teixeira, professora e gestora de Ensino e coordenadora do Núcleo Yabás, da Uneafro, em Jacareí, as cabeças pensantes da reforma não pensaram nos alunos negros e da periferia. “Essas pessoas não concebem esses alunos como intelectuais e pensantes, mas como mão de obra e essa reforma caminha



Uneafro Brasil no ato pela revogação do ensino médio em abril de 2023, em São Paulo. Foto: Mayara Nunes

nesse sentido. Precisamos de uma reforma, mas uma que a gente transforme a escola em um lugar verdadeiramente democrático, onde o aluno não só aprenda sobre temas que o levem para profissões específicas, mas sim para qualquer área de atuação”, afirma ela.

Para a professora, infelizmente, quando chega na escola pública, a realidade forma jovens para mão de obra barata. Justamente por isso, integrantes do movimento negro defendem que essa consulta pública precisa contar com o conhecimento dos movimentos negro e sociais para que cheguem até as escolas tanto na parte da ciência como também na parte comportamental dos professores.

“Já temos esse exemplo na Lei 10.639/03 (que determina o ensino de história afro-brasileira), mas, infelizmente, não é cumprida. Uma reforma ideal do Ensino Médio tem que ser no sentido da construção de uma educação antirracista. Uma educação antirracista é uma educação democrática. Ela abrange as relações humanas de forma mais aprofundada e para a sociedade inteira. Isso acontece nos cursos da Uneafro. Como diz a escritora Bárbara Carine no livro “Como ser um educador antirracista”, se a educação não é antirracista, ela não é educação”, conclui Mariana.

Segundo pesquisa elaborada por Geledés Instituto da Mulher Negra e Instituto Alana, lançada no dia 18 de abril, 70% dos municípios não ensinam sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas, mesmo após 20 anos da aprovação da Lei.

Para Stefany Lourenço, coordenadora do Núcleo XI de Agosto, da Uneafro, em Poá, e liderança da Juventude Uneafro, a proposta do olhar para a singularidade dos estudantes, como também os jovens negros e periféricos, é fundamental.

“É essencial fazer o recorte de estudantes pretos que ainda estão sujeitos ao racismo, materializado nas desigualdades de acesso à escola básica. Com o novo ensino médio da forma que foi apresentado, podemos ter um ensino ainda mais precarizado para esses jovens”, afirma ela.

O processo de consulta pública ainda contará com audiências públicas, oficinas e eventos. Uma pesquisa com estudantes, professores e gestores também será aplicada para ouvir opiniões sobre a implementação do novo ensino médio em todos os estados. Após a conclusão dessa etapa, em 6 de junho, a Secretaria de Articulação Intersetorial, junto com os Sistemas de Ensino (Sase), irá elaborar um relatório final para o Ministério da Educação.

SEDE DA UNEAFRO RECEBE LANÇAMENTO DO RELATÓRIO SOBRE SITUAÇÃO DE PESSOAS NEGRAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E DEBATE ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

Mayara Nunes

Fotos: Thiago Fernandes



A Uneafro Brasil realizou em sua sede, no dia 15 de abril, o lançamento do relatório “A situação das pessoas negras com deficiência no Brasil”, produzido pelo movimento Vidas Negras com Deficiência Importam (VNDI Brasil), em parceria com a University of York (Universidade de Iorque) e apoio da ONG internacional Minority Rights Group International (MRG).

O lançamento contou com a participação de pesquisadores e representantes da luta anticapacitista e antirracista, apresentando o relatório sob a perspectiva de duas temáticas centrais: O movimento negro e o movimento de pessoas com deficiência, traçando um caminho possível por um futuro antirracista e anticapacitista, e Como tratar abordagem interseccional dentro do processo de pesquisa e coleta de dados.

Segundo Thiago Fernandes, homem negro, PCD e coordenador da TV Uneafro, o relatório contribuiu para uma mobilização imediata do movimento negro em resposta ao assassinato de Genivaldo de Jesus dos Santos, um homem negro, neurodivergente, que foi torturado e morto pela Polícia Rodoviária Federal em Umbaúba, Sergipe, utilizando uma câmara de gás improvisada.

No dia seguinte, organizamos um ato em frente à Polícia Federal, aqui em São Paulo, e, depois, marcamos um segundo ato com outros movimentos na Paulista, no qual saiu a foto, que é a capa do relatório. A gente teve essa imagem na capa do relatório, mas, no próximo, queremos falar das políticas públicas que conseguimos efetivar ou avançar para a população negra PCD”, comenta Thiago Fernandes.

Luciana Viegas é uma mulher negra, autista, educadora popular, pedagoga, ativista pelos Direitos Humanos e idealizadora do VNDI. Como educadora e militante, Luciana fala da importância da parceria entre os movimentos. “A Uneafro ter aberto as portas da sede, mobilizado as pessoas que fazem parte da educação popular, que lutam pela educação para não só prestigiar, mas ouvir atento às demandas do movimento Vidas Negras com Deficiência Importam é muito importante pra gente porque é uma sinalização de que a luta não se faz só, ela se faz em coletivo e junto com quem luta desde sempre pelos direitos das pessoas negras”, afirma Luciana.

O encontro entre Uneafro e VNDI fomenta a importância de se debater a

educação popular dentro do debate da educação inclusiva. Luciana relata em entrevista que a educação popular é discutida de forma apartada da educação inclusiva, o que dificulta ainda mais o acesso de pessoas com deficiência aos mecanismos de acesso à educação, sendo que, segundo a pedagoga, a educação inclusiva ainda é tratada como “educação especial” nos dias de hoje. “A educação inclusiva traz não só a ferramenta, mas também a teoria e o argumento de como a educação serve a todas as pessoas, não só pessoas em extrema vulnerabilidade, mas também as pessoas com deficiência e de como isso faz parte do processo histórico político do Brasil e de como a gente pensa a educação no país”, elucida.

Para a Uneafro, a parceria inédita com o Vidas Negras com Deficiência Importam é um marco histórico que traz a dimensão e o tamanho da responsabilidade em sensibilizar e acessibilizar os conteúdos educativos, as plataformas de comunicação e criar formas de adaptar os espaços de difusão de conhecimento para que eles se tornem cada vez mais acessíveis e democráticos a todos os grupos.



CONFIRA O CALENDÁRIO DO ENEM 2023

As provas do Exame Nacional do Ensino Médio de 2023 vão acontecer em novembro, atente-se ao calendário e garanta sua participação no exame:

De 17/04 a 12/05 - Período para enviar a justificativa de ausência do exame em 2022, o pedido de isenção da taxa de inscrição e os resultados das solicitações

De 05/06 até 16/06 - Inscrições

05/11 e 12/11 - Provas

16/01/24 - Resultados

Saiba mais em inep.gov.br

COLABORE CONOSCO

A principal missão da Uneafro é tirar o povo negro e pobre da linha do tiro, do contingente encarcerado pelo Estado, da fila do hospital e dos números das estatísticas da violência. Para isso, desenvolve ações que buscam oferecer oportunidades de estudo e trabalho em comunidades negras e pobres. Você pode fazer parte e ser responsável por esse importante trabalho. Doe!

Banco do Brasil | Agência: 4054-1 | Conta Corrente: 285.078-8 | CNPJ e Chave-Pix 11.140.583/0001-72 em nome de Instituto de Referência Negra Peregum

REALIZAÇÃO



APOIO



@uneafrobrasil



comunicacao@uneafrobrasil.org

www.uneafrobrasil.org

Sede da Uneafro: Rua Abolição, 418, Bela Vista, São Paulo/SP

Manifesto pela Permanência Preta nas Universidades!

Teremos um Brasil igualitário quando nossa juventude tiver condições de se formar, seja no ensino médio, seja no ensino superior. Por isso, são urgentes políticas públicas direcionadas à população negra universitária e secundarista.

Somos a parcela mais afetada pela desigualdade social e isso acarreta vários problemas, como a evasão escolar dos nossos jovens, em especial os homens negros, que precisam logo cedo ingressar no mercado de trabalho, isso quando não se tornam vítimas da violência do Estado.

Jovens, pretos e pobres também têm direito ao estudo, lazer e precisamos garantir políticas públicas nesse sentido. A Uneafro está construindo um programa de permanência para cada estudante que passou por algum dos nossos núcleos e está no ensino superior atualmente. Se é o seu caso, entre em contato pelas nossas redes, pelo e-mail contato@uneafrobrasil.org ou pelo WhatsApp 11 91848-9573.

Alerta pela Vida do Povo Yanomami!

Em meio à informação da redução de 96% nos alertas de garimpo ilegal no último mês, comparado com abril de 2022, a crise nas terras Yanomami segue com graves consequências. 14 pessoas foram assassinadas no território em um período de apenas uma semana. Os crimes acontecem durante uma série de ataques de garimpeiros contra áreas indígenas. Segundo o Ibama, desde o início das operações, já foram destruídos 327 acampamentos de garimpeiros, 18 aviões, dois helicópteros, entre outros equipamentos.



Foto: Instituto Socioambiental (ISA)

Juventude da Uneafro nos Conselhos de São Paulo

A Uneafro Brasil está representada nos conselhos de juventude de São Paulo! Stephanie Felício, do Núcleo Dona Nazinha, região de Sapopemba, foi eleita em 2020 para o Conselho Municipal de Juventude de SP (CMDJ) e, com posse marcada para o dia 17/05/23, no Palácio dos Bandeirantes, Julia Gomes, do Núcleo Dona Jô, na cidade de Mauá, assumirá sua cadeira no Conselho Estadual de Juventude de SP. Nesses que são espaços de pensar e fiscalizar políticas públicas para a juventude, Stephanie e Julia representam o movimento negro cobrando ações pelos direitos da juventude negra e periférica de SP.

Hoje, no CMDJ, Stephanie participa, junto à Subcomissão de Juventude da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, do projeto para inserir mulheres negras no mercado de trabalho "Mude com Elas". Após tomar posse no Conselho, Julia tem como objetivo utilizar esse espaço para valorizar as práticas culturais da juventude negra e de quebrada. Só força, marcha e luta!



Julia Gomes e Stephanie Felício.